



Anais da Assembléia

N.º 154

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1976

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 238.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1976. SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Maurício Fruet.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Aragão de Mattos Leão, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk e Rosário Pitelli (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 407/76, veto aposto ao Projeto de Lei 76/76, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo denominar de Grupo Escolar Professora "LOURDES MOROZOWKI", o atual Grupo Escolar do Jardim Eldorado, da cidade de Paranaguá. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto.

Of. 201/76.

Curitiba, 13 de outubro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 82/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Execência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no parágrafo primeiro, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei 76/76, por julgar prejudicada a matéria dele constante, tendo em vista que o Grupo Escolar, cuja denominação é pretendida, pertence à rede municipal de ensino e não à rede Estadual, conforme consta do citado Plano de Lei.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei

que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) PODER EXECUTIVO.

—Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado o veto, rejeitado o projeto.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 313/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 439/76, Mensagem 140/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de LOANDA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária; convocando outra para amanhã, dia 30, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 441/76 e

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 313/76.

Levanta-se a sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 239.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1976. SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Buffara e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zausso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Trajano Bastos e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Aragão de Mattos Leão, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk e Rosário Pitelli (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:
REQUERIMENTOS
REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata, votos de profundo pesar, pelo falecimento dia 24 p.p., do Sr. JOÃO PEDRO BERNARDES FILHO, ocorrido em Floresta, comarca de Maringá.

Outrossim, requer seja dado o conhecimento deste, à viúva Sra. IDALINA FORNAZA BERNARDES e Familiares.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. JOÃO PEDRO BERNARDES FILHO, foi fundador do município de Floresta, tendo sido o primeiro comerciante, esportista de grande atividade, fundou e dirigiu a A.E. Floresta, alcançando grande destaque no Esporte Amador Regional, presente em todos os acontecimentos polítics de toda a região.

Foi responsável pela elevação de Floresta a município, sendo nomeado Prefeito Interino de Agosto de 1960 a Dezembro de 1971.

Político militante, pertenceu ao extinto P.S.D. e foi o primeiro Presidente da ARENA de Floresta.

Ao falecer depois de longa enfermidade havia se desligado da ARENA não se filiando a qualquer agremiação Partidária.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

A cidade de Morretes foi abalada, na última sexta-feira, pelo falecimento do Sr. LUIZ CIROLDO TONATTI.

Moço ainda, foi, no entanto, um exemplo de dignidade, de decência, de honradez

Paradigma de Chefe de Família, profissional dedicado, viveu a vida dos bons e dos justos.

Integrou-se, com o que possuía de melhor na comunidade morretense, atuando em todos os setores da atividade daquele município.

No esporte, no comércio, nos setores culturais, nos clubes de serviço foi uma presença marcante, acabando por emprestar o seu talento à vida pública, quando, filiado à agremiação política, disputando eleições, concorrendo a cargos, logrou-se pelas altas virtudes que lhe aureolavam o caráter - ser um fator de harmonização e de entendimento, fazendo da política uma oportunidade de servir e de ser útil.

O seu passamento consternou a todos.

A cidade toda e inteira, pranteando, seguiu-lhe mais uma e pela derradeira vez.

A palavra, mais pensada que murmurada, nascida de todos os corações, era de agradecimento pela oportunidade de se ter convivido com alguém que encerrou a bondade e a justiça.

Sendo assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo e sentido pesar pelo falecimento do Sr. LUIS CIROLDO TONETTI.

Requer mais, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa, por inteiro teor do presente, à família enlutada, ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município de Morretes.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1976.

(a) ENÉAS FARIA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário, para

solicitar do Exmo. Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, o seguinte pedido de informações:

- 1- Qual o regime do funcionário Sr. ROBERTO RAINOLD GRICK, Chefe do Posto de Revenda do Fundo de Equipamento Agropecuário no Posto Rural de Clevelândia?
- 2- Quais os motivos que referido funcionário não obteve gozo de férias nos últimos nove (9) anos?
- 3- Pode referido funcionário, contar em dobro, o tempo de serviço destinado a férias e não gozado?

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O incluso requerimento e documentos que o presente pedido de informações objetiva, alucida uma situação de total irregularidade na vida funcional do Sr. ROBERTO RAINOLD GRICK, tendo em vista o impedimento que referido funcionário está constrangido ao não gozo das férias, desde 1968, portanto a nove anos.

Outrossim, além de não usufruir de suas férias, ainda se lhe impede a contagem em dobro para acervo de tempo de serviço.

Ademais, espera-se que com o presente pedido, tome a Secretaria medidas compatíveis à regularização dessa lamentável ocorrência, bem como determine uma apuração das denúncias contidas nos inclusos documentos que instruem o presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador Jayme Canet Júnior, formulando apelo no sentido de que o Chefe do Poder Executivo determine ao DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS e CARTOGRAFIA do Paraná que tome providências imediatas para, junto a empresa CODAL, legalizar todas as documentações irregulares constantes, principalmente das Glebas "um e dois", Colonia "C" do distrito de "Santa Rita do Oeste", no município de Toledo.

Outrossim, REQUERER DO DGTC, as seguintes informações:

- 1- Desde que na época estão os Lotes da referida Gleba aguardando a respectiva documentação final e legal?
- 2- Do que necessita o DGTC para proceder as documentações?
- 3- Informar a situação em que está especificamente o Lote número 1.161-A, das Glebas referidas.

Segundo instruções do Sr. Dr. Cid, este Deputado esteve em contato com a direção da CODAL na cidade de Londrina.

As informações que conseguimos são estas:

"A CODAL encaminhou todo o levantamento necessário da área para o DGTC, através do Sr. João Machado, e a própria CODAL declarou que mais de três anos já se passaram e o DGTC até agora não dignou-se a prestar as devidas instruções para que a CODAL possa conceder as documentações".

Com a palavra o Senhor Governador e o Departamento de Geografia, Terras e Cartografia do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1976.

(a) VALTER PIETRANGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Quando ainda era Prefeito da cidade de Loanda, o Sr. Ugo Accorsi e Governador do Paraná o Senhor Paulo Pimentel,

foi instalada naquele município a Escola Vocacional Agrícola e Profissional "Mozarzinho" que cumpriu nobre, digno e extraordinário trabalho no preparo de mão-de-obra profissional.

O educandário começou pequeno, mas logo, somando os esforços do Prefeito, da comunidade e do Governo do Estado, ganhou extensa área, amplo e funcional edifício; os alunos vieram de todos os municípios nordestinos e a escola se transformou em patrimônio regional do Noroeste do Estado, instruindo e preparando a nossa juventude para tantas atividades, tais como: mecânica, carpintaria, eletricitista, aração, veterinária, agricultura, economia doméstica.

Com as mudanças dos Governos Municipal e Estadual a Escola fechou as suas portas.

Um retrocesso administrativo incompreensível e bastante culposos.

Em razão da necessidade que Loanda e a região nordestina tem de uma escola vocacional nesses moldes da "Mozarzinho", CUJO PRÉDIO E ÁREA LÁ SE ENCONTRAM ABANDONADOS, é que o Deputado que abaixo subscreve requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente desta Casa ao Sr. Governador Jayme Canet Júnior, formulando apelo no sentido de que S. Exa.:

ATUE DE FORMA A RESTAURAR O PATRIMÔNIO DA ESCOLA VOCACIONAL E PROFISSIONAL "MOZARZINHO" DE LOANDA E, COLOQUE-A EM PLENO FUNCIONAMENTO, A PARTIR DO PRÓXIMO ANO.

Sala das Sessões, em 29 de Novembro de 1.976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que abaixo subscreve, requer com a aprovação do Plenário, que esta Casa oficie ao Governador Jayme Canet Júnior, solicitando que o Chefe do Poder Executivo determine à Secretaria de Educação e Cultura, o seguinte:

Que seja realizado imediata sindicância administrativa no Ginásio Estadual "Santo Inácio de Loyola", situado na cidade de Terra Rica, no intuito de apurar a existência de graves irregularidades que vêm sendo praticadas pela direção daquele estabelecimento, atualmente dirigido pela Senhora Maria de Lourdes Alonso Botura, bem como, apurar também irresponsabilidades da 36a. Inspeção Regional de Ensino.

A instalação de uma Comissão de Inquérito para efetuar o trabalho pretendido é necessária, Sr. Presidente, em razão das gravíssimas denúncias que faz a professora ROSELY FARIA RAMIRES, que naquele educandário ocupa a cadeira de Educação Física.

No ofício que recebemos, assinado pela Professora Rosely Faria Ramires, cuja cópia fiel anexamos, a Sra. Maria de Lourdes Alonso Botura, diretora do Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, em convívio com a 36a. Inspeção Regional de Ensino, com sede na mesma cidade de Terra Rica; "TEM PRATICADO E PERMITIDO PRATICAR ATOS OFENSIVOS ÀS LEIS TRABALHISTAS BRASILEIRAS, À LEGISLAÇÃO E ÀS NORMAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO, AOS PRINCÍPIOS BÁSICOS E FUNDAMENTAIS DA IGUALDADE DOS DIREITOS HUMANOS ASSEGURADOS NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL E DO PARANÁ, bem como, depondo contra a dignidade da educação e cultura da nossa gente.

A professora Rosely Ramires está assumindo as responsabilidades da denúncia que faz, por isso se faz necessário uma sindicância ABERTA E COMPETENTE, formada por integrantes de escalão superior da SEC desta Capital.

É fundamental apurar fatos e estabelecer responsabilidades para combater a indisciplina e a desordem, bem como, e

acima de tudo, lutar contra a injustiça notadamente no setor educacional, cujos interesses superiores é preciso salvaguardar.

Sala das Sessões, em 29 de Novembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que abaixo subscreve, requer com aprovação do Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Educação e Cultura, solicitando as atenções daquela Pasta para com o Grupo Escolar "Marcelino Nogueira", situado na cidade de Ribeirão do Pinhal.

Ocorre que aquele estabelecimento de ensino já está com mais de um mil e duzentos alunos (1.200) e necessita com urgência, de EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E OUTROS UTENSÍLIOS para sua Secretaria, no sentido de ampliar e aprimorar o seu trabalho educacional.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que abaixo subscreve, requer com a aprovação do Plenário, que esta Casa envie expediente ao Sr. Secretário de Saúde e do Bem Estar Social, formulando reivindicação dos municípios da região noroeste do Estado, no sentido de que Sua Senhoria o Senhor Secretário de Saúde ou uma delegação responsável proceda uma visita e vistoria naqueles municípios, compreendendo o eixo: Paranavaí/Querência do Norte no intuito de observarem a imediata necessidade de se ampliar os INSTRUMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO BEM ESTAR SOCIAL NAQUELAS ÁREAS.

Aquela região se desenvolveu e cresceu e o atendimento sanitário, preventivo e curativo, médico e odontológico, estagnou.

Outrossim, é preciso que a Unidade Sanitária de Nova Londrina receba urgente restauração e ampliação em razão do estado em que se encontra e da grande concentração populacional do município e de outros bem próximos que por Nova Londrina são polarizados.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma estabelecida pelo Regime Interno, o Deputado que abaixo subscreve requer com a aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Titular da Pasta da Educação e Cultura do Estado, solicitando programação de recursos para o município de GUARATUBA, no sentido de que seja EDIFICADA UNIDADE EDUCACIONAL na localidade de "Cubatãozinho", proximidades da Fazenda "Estrela".

Talvez esquecida pela inexpressiva administração municipal, ou provavelmente vítima da pobreza e dependência financeira em que se encontram os pequenos e médios municípios brasileiros; a região de "Cubatãozinho-Fazenda Estrela" está sem atendimento escolar.

Levantamentos já foram realizados, e a verdade é que mais de 150 crianças estão impossibilitadas de estudar já que a escola mais próxima está distante 8 (oito) quilômetros.

Não resta outra alternativa, senão formularmos apelo à sensibilidade do Senhor Secretário Borsari Neto.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1.976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.^o - Ficam incorporados no texto da Lei 6414, de 3 de julho de 1.973, as alterações constantes da presente lei.
- Art. 2.^o - O artigo 1.^o passa a ter a seguinte redação: "Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União Federal e ao município de Cascavel, o imóvel constituído por parte do lote de terra rural número 1 (um) da Gleba Cascavel, chácara do Patrimônio Cascavel, da Colônia situada no município e comarca de Cascavel, neste Estado, contendo a área de 1.264.329,00 m² (hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e nove metros quadrados) aproximadamente, sem benfeitorias e com os limites e confrontações seguintes: A Nordeste por uma linha seca, confrontando com terras do quadro do perímetro urbano da cidade de Cascavel sob números 163, 164, 165, 166 e 167; A Leste por uma linha seca com a rua Pedro Ivo que confronta com os lotes números 95, 96, 97, 98 e 99 da Gleba Cascavel; A Sudoeste, por uma linha seca, confrontando com uma rua sem denominação que confronta com as terras dos lotes números 6, 7 e 8 da Gleba Cascavel; A Sudoeste, pela rua número 7, que confronta com a reserva do Estado R-8; A Oeste por uma linha seca, confrontando com a rua Machado de Assis no trecho que confronta com as quadras números: 4, 3, 2, 1 e 162-A do perímetro urbano da cidade de Cascavel."
- Art. 3.^o - O artigo 2.^o fica assim redigido: "O imóvel referido no artigo anterior, destina-se, 50 por cento às instalações de uma unidade militar do Ministério do Exército e 50 por cento à construção de um Parque Verde com áreas de recreação, que deverá ser mantido pela Prefeitura Municipal de Cascavel."
- Art. 4.^o - O artigo 2.^o fica acrescido do seguinte parágrafo: "Parágrafo único: Se as áreas de terras especificadas nesta Lei não foram usadas para os fins a que se destinam dentro de 2 (dois) anos a contar da transmissão, reverterão para o domínio do Estado."
- Art. 5.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 29 de Novembro de 1976.
(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Apesar da Lei 6414 ter entrado em vigor no dia 5 de julho de 1973, até o presente momento ainda não foi transmitida a área de terras ali especificada ao domínio da União, nem temos notícia de que exista um plano concreto para seu aproveitamento total.

Por outro lado, pelo seu desenvolvimento, o município de Cascavel, o exemplo do que ocorre com esta Capital, necessita ampliar suas áreas verdes, proporcionando, ao mesmo tempo, opções para recreação de sua crescente população.

Destinando-se o referido imóvel, numa proporção de 50 por cento para o fim inicialmente proposto e 50 por cento para o município de Cascavel, estaremos atendendo, dentro das necessidades atuais daquela próspera região de nosso Estado, mais oficialmente os seus reais anseios.

Desde que a área é imensa e não haverá prejuízo para qualquer parte interessada, pois, a principal delas é a população de Cascavel, este Plano de Lei certamente será merecedor da atenção desta Casa e do Chefe do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI NÚMERO 146/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.^o - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Assistência à Infância de IBAITI, com sede na cidade de Ibaíti.
- Art. 2.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima reúne todos os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, eis que presta inegavelmente relevantes serviços, aos menores abandonados de comarca de IBAITI, no campo educacional, assistencial e bem estar, reconhecendo o trabalho e educação como dever social.

Não visa ela lucros ou dividendos, os membros de sua Diretoria não percebem qualquer remuneração, preenchendo desta forma as condições para ser declarada de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LEND: "A imprensa do País vem publicando com destaque que o Governo Federal acabou de limitar seus programas de investimentos para o ano de 1977, realizando cortes de 40 milhões em seis Ministérios classificados como principais responsáveis pelas despesas da infra-estrutura e aplicação social.

Ninguém ignora que o objetivo do Senhor Presidente da República, ao proceder a esta limitação de aplicações, se prende ao esforço de reduzir o hiato de recursos entre a capacidade interna de geração de nossa economia e a captação de poupança externa, representada por investimentos e empréstimos estrangeiros.

Quer dizer, para reduzir o grau de endividamento do Brasil, é preciso reduzir o total de investimentos internos, para que ele se mantenha mais ou menos paralelo à nossa capacidade de poupança própria.

Como explicou o ministro Reis Veloso, a taxa de poupança brasileira já é razoavelmente elevada e não será justo impôr mais sacrifícios à população, a pretexto de produzir mais recursos líquidos para investimentos.

Observam os Senhores Deputados o quanto foi difícil a decisão adotada pelo Presidente Geisel.

De um lado, diminuir projetos ambiciosos; de outro lado, selecionar entre as prioridades finais.

Tudo para não sacrificar o bem-estar na Nação (que ainda conta com razoável parcela de renda para consumo próprio), nem aumentar o endividamento a curto prazo no Exterior.

Pois bem, uma decisão difícil como a dos cortes em investimentos e despesas federais, inevitavelmente se refletiu sobre toda a Nação.

Não houve área da Economia ou do programa de bem-estar social, nem Estado brasileiro que não tenha sofrido com os cortes.

Mas, nesses conjuntos de restrições conjunturais cumpre assinalar o descortínio do Senhor Presidente da República, protegendo dos cortes três importantes obras no Estado do Paraná: Falo da duplicação da BR — 116 no trecho Curitiba-São Paulo, e da Usina de ITAIPU, especialmente previstas na Nota Oficial da Presidência da República que anunciou aquelas medidas.

Outra obra a salvo para 1977, é a duplicação da BR-277, no trecho Curitiba-Paranaguá, segundo informa aos jornais o Sr. Eny Alves, engenheiro-chefe do Distrito do DNER com sede em Curitiba.

Cumpre-nos pois, como Deputado da ARENA e representante do povo paranaense, agradecer ao Governo do eminente Presidente Ernesto Geisel mais esta manifestação de descortínio e de apoio ao Paraná, resguardando do programa de restrições as obras de duplicação da BR-116, BR-277 e Usina de Itaipu.

Esperamos confiantes que o Brasil supere as dificuldades momentâneas e volte a crescer no ritmo largo de potência emergente, para que o Paraná possa voltar a contar com mais sólidos investimentos federais em sua riqueza, toda ela oferecida como quinhão nosso para a construção da Pátria..."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estou encaminhando um pedido de informações à Secretaria de Agricultura, para saber da situação funcional do funcionário daquela Secretaria na cidade de Clevelândia, de total irregularidade, pois há mais de 9 anos aquele funcionário está impedido de gozar férias.

Sr. Presidente, desejo transcrever nos Anais desta Casa, o pronunciamento proferido pelo advogado Francisco Brito de Lacerda, no "Forum Ruy Barbosa", em que, durante a 6.^a Conferência Nacional realizada em Salvador, aquele advogado paranaense, reverenciando a memória de Ruy Barbosa, assim se expressou:

(Lê): "Democracia sem adjetivos, é um regime tão bom, tão antigo e tão salutar que outro melhor ainda não foi inventado. Não há democracia autoritária. Não há democracia pela metade. Não há democracia sem a prática do voto popular. Democracia é a Santíssima Trindade, consubstanciada em três Poderes harmônicos e independentes entre si. Não me canso de repetir lição que ouvi de um professor cearense. Dizia esse Professor que o Brasil, em matéria de prática democrática, poderia ser comparado a uma criança que aprende a andar. Se essa criança, na fase do aprendizado, for sempre amparada, a fim de não levar tombos, dificilmente aprenderá o mais elementar meio de vida, que a capacidade de locomoção. Assim é o Brasil: precisa aprender a andar sozinho, com suas próprias pernas, livre de tutelas, mesmo as tutelas de emergência.

Vivemos num país tropical, abençoado por Deus desde a sua descoberta, graças a um erro de navegação de nossos queridos irmãos portugueses.

Existem várias coisas absolutamente certas nesta imensa Nação. Embora colocados, às vezes, em campos opostos, somos todos patriotas, no bom sentido da palavra.

Patriotismo não é privilégio. Ser patriota é também exercer o mais sacrossanto dos direitos, o direito de divergir. A unidade nacional, por outro lado, obtida, talvez devido à extrema prudência de D. João VI ou à prepotência de Napoleão Bonaparte, transformou este País, não obstante os contrastes regionais, sociais e econômicos, em bloco monolítico indestrutível, sejam quais forem as circunstâncias, mesmo se considerado o momento histórico difícil que atravessamos. Exercemos, também, por índole, autêntica democracia racial. Apesar da existência de população marginalizada, que atingiria mais de 30 milhões de brasileiros, podemos proclamar ao mundo, com justíssimo orgulho, o aparecimento do Homem Brasileiro, produto da convivência materna de pessoas de todas as raças e de todas as origens. O Brasil é ponto de encontro dos cidadãos do mundo.

Acredito em nosso futuro. Amo o meu país. E tenho certeza de que a comunidade, repudiando os extremismos, vai colocar o Brasil no caminho certo.

A população, por si mesma, paulatinamente, saberá livrar-se da escuridão episódica, pois que, na verdade, os campos estão mais verdes. Há luz lá fora. Por que deixar o ambiente iluminado apenas pela claridade de uma vela, cujo pavio vai acabando na medida em que a substância gordurosa gastou e tende a terminar? A lição de Ruy Barbosa é exatamente essa: abrir as janelas, deixar que o quarto escuro em que momentaneamente vivemos seja invadido pelo clarão que vem do céu.

No instante em que os advogados brasileiros prestam esta homenagem à memória de Rui, há condições de fazer, sem receios, o elogio de figuras opostas. Ao reverenciar Rui, o civilista, não podemos deixar de reconhecer que Floriano Peixoto, seu feroz adversário, foi o consolidador da República. Quem foi o maior, por exemplo, no Rio Grande do Sul? Assis Brasil e Pinheiro Machado estão no mesmo nível. A mesma situação se repete com Fernando Ferrari e Raul Pila. Juscelino e Milton Campos, em Minas, embora opostos, são figuras nacionais. Ousa-

ríamos negar que Martins Rodrigues, um cearense, morreu casado com a consciência nacional?

Entre os vivos, só para terminar, quem é o mais importante? Paulo Brossard ou Daniel Kruger? Josaphat Marinho ou Luiz Viana Filho? Ulisses Guimarães ou o Presidente Ernesto Geisel?

Inspirado no exemplo de Rui Barbosa, na coragem de Rui Barbosa, eu só quero proclamar — e sei que estou sendo um intérprete fiel ao dizer isso — eu quero proclamar que a Nação não poderá continuar dividida entre vencidos e vencedores. A hora de uma abertura, sem radicalizações, está chegando. E melhores dias, se Deus quiser, há de vir".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já afirmamos, desta tribuna, que renomados artistas e escritores têm elevado o nome de nosso Estado no cenário internacional e nacional, demonstrando a potencialidade de nosso povo.

Ontem, pudemos, mais uma vez, confirmar esta conclusão ao assistir a magnífica apresentação de gala do Coral, Solista e Orquestra, do Instituto e Seminário Bíblico dos Irmãos Menonitas, levado a efeito no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Assistimos à inigualável peça escrita por Hendel, o MESSIAS que culmina com o famoso ALELUIA DE HAENDEL.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pudemos fazer comparações com outros conjuntos que já se apresentaram na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, alguns de renome internacional e verificamos que os nossos artistas não deixam nada a desejar aos melhores que lá estiveram. Por isso, quero me congratular com aqueles dedicados componentes do conjunto coral, assim como com os solistas e instrumentistas, certo de que logo poderemos exportar a outros povos a cultura artística que aqui está sendo desenvolvida.

Por outro lado, é momento de Poder Público, através dos seus órgãos competentes, dar o devido apoio, a fim de que a nossa mocidade, especialmente, seja estimulada para o desenvolvimento do belo, a fim de que se proporcione melhores condições à própria vida do ser humano em sociedade. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No decorrer de 1975, e também neste ano, e consta dos Anais da Casa, fizemos diversos pronunciamentos a exemplo de pronunciamentos outros feitos através de quase todas as Assembléias Legislativas deste País, e inclusive no Congresso Nacional sobre o trabalhador volante, o chamado "boia-fria".

Em todas as oportunidades, afirmamos a necessidade de providências do Governo no sentido de que se criasse legislação de proteção a este homem do campo que, como proteção até o momento tem o dia que lhes é concedido pelo bom tempo, o direito de trabalhar e receber quanto lhes possam pagar. Houve casos no Paraná, por exemplo, onde o êxodo rural foi o mais extraordinário desses quatro anos, de famílias inteiras, destes trabalhadores anônimos, que se transformaram em habitantes de mocambos, construíram favelas e se constituindo num dos problemas sociais mais deprimentes da história paranaense.

Para nossa satisfação hoje vi, publicado com destaque na imprensa do Paraná, na "Gazeta do Povo", medidas que estão sendo tomadas depois de debates permanentes por todos os

representantes do Paraná, dos quatro cantos desta Nação, em favor destes trabalhadores chamados "bóias-frias". E a nota da imprensa encerrada na "Gazeta do Povo" deste Estado, diz o seguinte: "O problema do trabalhador rural, do campo, mais conhecido como "bóia-fria", será solucionado com a implantação de projeto de cooperativa de prestação de serviço na Assessoria do Ministério do Trabalho, que executará o programa. Não há como errar, pois o Projeto de Cooperativa dos "boias frias" conta com a boa vontade dos "bóias-frias" dos empregadores e com o apoio total do Governo.

O projeto de cooperativa dos "boias-frias" já foi aprovado e o Ministério iniciou sua implantação em São Paulo, no Município de Santa Fé do Sul, onde desenvolverá experiência piloto que servirá de modelo para outras regiões do País. A escolha daquele Município deve-se ao fato de possuir todas as espécies de culturas, exceto a de seringueiras, e com estas características servirá plenamente para uma amostragem geral, explicou um técnico.

A participação efetiva do trabalhador rural volante no mercado do trabalho local, é um dos objetivos básicos das cooperativas que com isso pretendem eliminar a incerteza de trabalho dos "bóias-frias" e a sua dependência ao intermediário "gato" que vem atuando, com grandes lucros, como empregador de mão de obra. As cooperativas vão funcionar como catalizadores do mercado de trabalho por ocasião das variações climáticas, da falta ou excesso do trabalhador.

Assim o Ministério do Trabalho busca o estabelecimento de um ritmo de pleno emprego durante todo o ano para o trabalhador como ocorre atualmente.

Além de interferir no mercado de trabalho, as cooperativas se utilizarão de um sistema próprio de exploração agrária através de arrendamento de terras. O espírito da medida é equilibrar os fatores trabalho e capital.

Quando estas etapas estiverem plenamente desenvolvidas, as cooperativas de prestação de serviço, evoluirão para um outro tipo de cooperativa, a de consumo que, por sua vez, num estágio bem mais evoluído, funcionarão como cooperativas de crédito imobiliário, através das quais os "bóias-frias" poderão adquirir suas casas.

Tão logo o sistema de cooperativas de prestação de serviço esteja implantado, os "bóias-frias" passarão a contar com as garantias da legislação trabalhista, e com a Assistência Previdenciária, que será estendida à sua família, corrigindo assim, a grande injustiça social que hoje sofre o trabalhador rural volante. Posteriormente, o Ministério do Trabalho vai incentivar a organização da classe em associações que evoluirão para sindicalismo.

Para as despesas com a implantação do sistema de cooperativas, o Ministério do Trabalho dispõe hoje, de uma verba inicial de 12 milhões, liberada pelo Conselho de Desenvolvimento Social (CDS). Consta, ainda do programa, o financiamento do Governo às cooperativas para aquisição de ônibus ou caminhões para o transporte dos trabalhadores aos locais de trabalho e das sedes das cooperativas.

OBJETIVOS

Dentre os objetivos gerais das cooperativas de trabalho, constam os seguintes itens: melhor distribuição de renda entre os trabalhadores rurais volantes; organização do mercado de trabalho no meio rural, evitando o crescimento do setor informal urbano; aumento da produtividade do setor agrícola; participação efetiva nas conquistas da comunidade da força de trabalho rural.

A Cooperativa de trabalho vai assegurar ao seu associado todos os benefícios a que fazem jus os trabalhadores vinculados a uma empresa na qualidade de empregados. Os empresários rurais mediante os contratos de serviços firmados com as cooperativas, ficarão obrigados a pagar aos trabalhadores rurais

volantes cooperados, o correspondente a salário garantido por lei a esta categoria profissional, acrescido de taxas equivalentes a repouso semanal remunerado, férias, 13.º salário, salário família, seguro de acidentes do trabalho, etc.

Deste modo, a Cooperativa vai garantir todos os direitos trabalhistas decorrentes da relação empregatícia.

A administração do sistema de cooperativas estará sempre supervisionada pelo Ministério do Trabalho, que irá orientar e esclarecer sobre qualquer ponto sujeito a dúvidas. Um órgão denominado Conselho Diretivo e Consultivo será montado. Integrado por representantes dos órgãos estatais que participam do projeto, atuará como orientador técnico das cooperativas implantadas e como fiscalizador, averiguando o real cumprimento das diretrizes por ele traçadas".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Oposição neste País, tem prestado, sem dúvida alguma, subsídios que buscam e que têm alcançado, a resolução dos problemas mais cruciantes e o hasteamento das bandeiras sociais, mais importantes deste País.

Nós dissemos no início do nosso pronunciamento, que pronunciamentos desta natureza foram feitos por quase todas as Assembléias Legislativas desta Nação, foram feitos pelo Congresso Nacional, mas foram feitos sempre, e todas as vezes, por homens da Oposição, numa demonstração de que os homens do meu Partido, além de estarem atentos e serem afeitos à resolução dos problemas dos homens que trabalham principalmente dos homens que trabalham a terra, eles oferecem, como ofereceram no caso, subsídios ao Presidente da República, através do Ministério do Trabalho, para que se criasse um sistema de segurança ao trabalhador volante, chamado "bóia-fria", cujo aumento assustador de seu número é verificado a cada mês que passa.

E está aí a resolução. Oxalá seja de imediata aplicação. Evidentemente que não existiria outra fórmula mais importante para a resolução desse problema, senão a criação de cooperativas com estrutura firmada, estrutura diretiva de fontes legais, para resolver o problema desse trabalhador, inclusive através dessa cooperativa onde haverá a participação do trabalhador, do "bóia-fria" e dos proprietários que necessitam desse trabalhador.

Haverá, sem dúvida, retorno ao trabalho, retorno automático às glebas de terra, às glebas de produtividade, às fazendas que se encontram com suas casas de portas fechadas e abandonadas, enquanto os trabalhadores "bóias-frias" têm servido para aumentar em extensão os mocambos e favelas, isso não só na Capital, não só nas grandes cidades, mas também nas pequenas comunidades brasileiras.

Está aqui o resplandecer da vontade e o trabalho dos homens da Oposição, que sempre reclamaram para que medidas existissem, para que medidas se criassem, no sentido de se resolver os problemas dos trabalhadores volantes, o problema dos "bóias-frias".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa consulta a Liderança do MDB se quer usar do horário reservado à Liderança. (Pausa).

Tendo declinado, a Mesa consulta a Liderança da ARENA, se deseja usar do horário reservado à liderança. (Pausa).

Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, gostaria de saber se já houve recebimento do Projeto de Lei 112/76.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Já foi entregue a alguns minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito seja feita chamada nominal dos Srs. Deputados, porque me parece não haver quorum para votação.

OSR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Deferido. A chamada nominal será feita tão logo sejam apreciados os projetos que foram encaminhados à Mesa.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à chamada nominal dos Srs. Deputados. — (É feita a chamada).

29 Srs. Deputados responderam a chamada, Sr. Presidente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Vinte e nove Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) V. Exa., pela ordem.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Este Deputado não se conforma com o número de presenças de Srs. Deputados e requer mais uma vez, que seja verificado, através da chamada nominal, quorum deste Plenário.

—(Tímpagos).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tendo a Mesa verificado que, de fato, não existem no momento 29 Deputados no Plenário, defere o requerimento e o Sr. 1.º Secretário fará, novamente, a chamada dos Srs. Deputados.

OSR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Pela ordem. V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, efetivamente, é o que consta, não estão alguns dos Srs. Deputados que responderam à chamada; efetivamente, estiveram presentes, digo, efetivamente responderam, porque aqui estiveram e não estão.

Perguntava que medida adota a Mesa, em relação a essa conduta, a essa atitude? Aos Srs. Deputados que aqui vêm, responderam chamada e, depois, se ausentam.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa não tem autoridade...

O SR. ENÉAS FARIA — Lembro ao eminente Sr. Presidente que, a ser adotada esta atitude, em seguida, nós solicitaríamos uma nova chamada nominal; outro Deputado proporá e nós passaremos num proceder terrível, a passar toda a Hora da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa dará uma decisão que, talvez, seja do agrado do nobre Deputado.

É a seguinte: Feita mais esta chamada nominal, já deferida, se houver novo pedido, só será procedida depois de verificação de votação.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Inicia a chamada nominal dos Srs. Deputados).

OSR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

Para solicitar à Mesa que faça soar as campainhas e alertar os nobres Deputados.

(Tímpagos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Responderam a chamada nominal 22 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 240/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 376/76, Mensagem 111/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de JANIÓPOLIS, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 241/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 377/76, Mensagem 112/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de RESERVA, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 242/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 379/76, Mensagem 114/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e o Município de SALTO DO LONTRA, objetivando construção de prédio conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 243/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 281/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e a Unidade Sanitária local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 244/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 285/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAQUARA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR MANOEL EUFRÁSIO e a UNIDADE SANITÁRIA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 245/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 290/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de REBOUÇAS, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, localizados naquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 246/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 296/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SERTANÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 247/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 297/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR F. GUIMARÃES e o POSTO DE PUERICULTURA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 248/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 303/76, Mensagem 77/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TERRA RICA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 249/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 307/76, Mensagem 81/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANACITY, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 250/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 309/76, Mensagem 83/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANAVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 251/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 330/76, Mensagem 90/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA ROXA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE KENNEDY, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 252/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 338/76, Mensagem 95/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANAVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 253/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 350/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PLANALTO, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL JOÃO ZACCO, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 254/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 352/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de QUEDAS DO

IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR TIRADENTES, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 255/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 359/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUARANIAÇU, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 256/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 361/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam GRUPOS ESCOLARES, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 257/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 362/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de IMBITUVA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 258/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 368/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA AMÉLIA, objetivando obras de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL CARLÍRIO GOMES DOS SANTOS, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 259/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 370/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA MARIANA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PEDRO MOREIRA DA SILVA. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 260/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 384/76, Mensagem 117/76 do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CASCAVEL, objetivando implantação de serviços de segurança contra incêndios e Prestação de Socorros Públicos no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 261/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 197/76, Mensagem 57/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de ALTONIA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável

da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 262/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 342/76, Mensagem 99/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 263/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 346/76, Mensagem 103/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de RONDON, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 264/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 349/76, Mensagem 106/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e do Estado de Sergipe, objetivando o Intercâmbio e a Cooperação Técnica entre seus Sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 265/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 358/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de QUINTA DO SOL, objetivando obras de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR DE QUINTA DO SOL e o GINÁSIO ESTADUAL SÃO JUDAS TADEU, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 266/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 365/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando obras de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, na sede daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 267/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 381/76, Mensagem 114/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR —, com o município de TAMBOARA, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 268/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 386/76, Mensagem 120/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando o levantamento e tabulação de informações estatísticas sócio-econômicas do Estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 269/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 390/76, Mensagem 123/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de ARAUCÁRIA, objetivando execução do Art. 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 270/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 393/76, Mensagem 125/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando a realização e melhoria dos Serviços locais de Trânsito. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 271/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 386/76, Mensagem 127/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de AMAPORÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 272/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 397/76, Mensagem 128/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 101/76, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CIVIL DE DIREITO PRIVADO "DESAFIO JOVEM BETEL", com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 118/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL "ANACREONTE VIEIRA BODEVAN", com sede e foro na cidade de IPORÁ, neste Estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 122/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o "CAMPING CLUBE DO BRASIL", Secretaria Regional do Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 123/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 130/76, que objetiva denominar "GRUPO ESCOLAR PROFESSORA ISABEL LOPES SANTOS SOUZA", o Grupo Escolar de Pinheiro, bairro desta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 124/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública, através sua Delegacia Regional do Paraná, a ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei 133/76, de autoria do

Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o LAR MARILIANA BARBOSA, da cidade de Castro. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 134/76, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA JESUS PERANTE A CRISTANDADE", com sede na cidade de Castro. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 273/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 280/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução de reparos nos prédios que especifica.— Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 274/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 283/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PALMITAL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 275/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 293/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a ESCOLA TÉCNICA EM CONTABILIDADE, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 276/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 308/76, Mensagem 82/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão do Paraná — EMOPAR e o município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 277/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 320/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de BARRAÇÃO, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DOUTOR MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 278/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 326/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO VITÓRIA, objetivando execução de reparos no prédio do GINÁSIO ESTADUAL CASEMIRO DE ABREU, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 279/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 329/76, Mensagem 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TAPEJARA, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 280/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 335/76, Mensagem 92/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 281/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 344/76, Mensagem 101/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 282/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 347/76, Mensagem 104/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de TERRA ROXA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 283/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 351/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MARECHAL CANDIDO RONDON, objetivando reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 284/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 353/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio da DELEGACIA DE POLÍCIA local. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 285/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 363/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ALTO PIQUIRI, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GINÁSIO MANOEL BANDEIRA e o GRUPO ESCOLAR MUNHOZ DA ROCHA NETTO. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 286/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 371/76,

Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de URAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 287/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 375/76, Mensagem 110/76, do Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de FAXINAL, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 288/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 378/76, Mensagem 113/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o município de NOVA CANTÚ, objetivando construção de prédio destinado a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 289/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 380/76, Mensagem 114/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR, com o município de PORECATU, objetivando a construção de prédio destinado a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 290/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 387/76, Mensagem 122/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de MANOEL RIBAS, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 291/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 392/76, Mensagem 125/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de GUAIRAÇÁ, objetivando realização e melhoria dos serviços locais de Trânsito. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 292/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 399/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CASCAVEL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a DELEGACIA DE POLÍCIA, o 6.^o BATALHÃO da P.M.E., e 10.^o DISTRITO DE SAÚDE, do município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 293/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 400/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CORBÉLIA, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 294/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 402/76, Mensagem 132/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de ITAGUARÉ, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 295/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 404/76, Mensagem 134/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de SÃO JOÃO DO IVAÍ, objetivando a construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 296/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 409/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar NISIA FLORESTA, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 297/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 411/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR ALBERICO MARQUES DA SILVA e o GINÁSIO ESTADUAL FERNANDO AZEVEDO. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 298/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 413/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de UMUARAMA, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 299/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 414/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA OLÍMPIA, objetivando execução de reparos no prédio do GRUPO ESCOLAR DUQUE DE CAXIAS, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 300/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 415/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL GUIMARÃES ROSA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 301/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 417/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 302/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 419/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PARANAVAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL AZEVEDO DA SILVEIRA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 303/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 421/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CERRO AZUL, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 304/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 423/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IVAÍ, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 305/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 424/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de DOIS VIZINHOS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 306/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 425/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA ISABEL DO OESTE, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 307/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 427/76, Mensagem n.º 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de

Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ASTORGA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR VERÍSSIMO DE SOUZA, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 308/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 429/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FLORAÍ, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 309/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 430/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SENGÉS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 310/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 432/76, Mensagem 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO AMAZONAS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 311/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 434/76, Mensagem 142/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de CRUZEIRO DO SUL, com os objetivos que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 312/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 435/76, Mensagem 143/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de IRATI, objetivando a implantação de Serviços de Segurança contra Incêndio e a Prestação de Socorros Públicos, na área do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO) (Para uma questão de ordem)
O Presidente já fará desde logo, o anúncio da Ordem do Dia para a sessão de amanhã?

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em seguida.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, apenas para ressaltar a posição da nossa bancada, e em defesa do bom nome desta Assembléia, nós gostaríamos que ela cumprisse com os prazos para votação e aprovação da mensagem que trouxe o Orçamento do Estado para esta Casa.

E requeríamos que V. Exa. como Presidente da Assembléia, que de acordo com o que dispõe o artigo 30, da Constituição do Estado, e tendo em vista o anúncio de que a Comissão

já devolveu à Mesa, o Projeto de Orçamento para terceira discussão, já com o relatório, nós requeríamos que este projeto fosse anunciado para terceira discussão, para sessão de amanhã, com fundamento no Artigo Constitucional referido.

O SR. PRESIDENTE — A mesa entende que o projeto do orçamento, deva ter um interstício entre todas as suas discussões, de 48 horas. E pretende marcar a próxima apreciação para o dia primeiro. Logo, que a mesa aceitasse e pudesse o Plenário diminuir o interstício, haveria de ter no mínimo, quorum para o Plenário decidir, de acordo com o Art. 30, que V. Exa. citou.

OSR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente.

Formulo a questão de ordem em outros termos. Que interpretação que a mesa daria para o disposto no Art. 30 da Constituição com relação ao projeto de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE — É evidente que a lei do orçamento tem uma tramitação normal. Tanto assim que existem disposições que modificam completamente a forma normal da tramitação deste artigo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Onde estariam estas disposições, Sr. Presidente?

A resolução ou Regimento Interno, é anterior à Constituição. E a Constituição me parece, é norma superior.

E a Constituição quando trata do Orçamento, não estabelece este prazo.

A Constituição quando trata de projetos de lei, fixa apenas o interstício de 24 horas, é esta a regra geral válida para todo projeto de lei, válido também para o projeto de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado. Há uma disposição no nosso Regimento Interno que não é contrariado nem pela Constituição Federal, nem pela Constituição Estadual, que dá o interstício de 24 horas pela importância do projeto orçamentário.

Que na minha opinião e na opinião de todos os Srs. Deputados é o projeto mais importante que a Assembléia examina cada ano, e que há um interstício de 48 horas, tácito. Nestas condições, a Mesa vai marcar ainda com prazo, dentro do prazo, porque a Mesa entende que não termina dia 30, mas termina 30 dias antes do término do exercício. Portanto, dia primeiro, temos ainda condições de votar o Orçamento e encaminhá-lo ao Executivo.

A Mesa pretende - pretensão que temos - que o Orçamento seja pelo menos apreciado, aprovado ou rejeitado, mas seja, pelo menos apreciado dentro do prazo. Inclusive a Mesa anulou uma disposição regimental, que dispõe que em 60 dias a Assembléia perderia o prazo. Acho que a Assembléia tem prazo até o último dia. Se fossem 60 dias, como está na disposição deste artigo, ficaria a Assembléia, desde hoje, sem condições de ter o Orçamento apreciado pela Assembléia.

A Mesa entende que a Assembléia pode votar até o último dia e tem condições o Sr. Governador de sancionar o projeto de lei orçamentário. Por esta razão, a Mesa vai marcar, dentro do prazo útil, a terceira discussão do projeto do Orçamento, para o dia primeiro.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, diante da explanação de V. Exa., revelando o alto interesse de que o Orçamento seja votado, e como tivesse oportunidade de participar da última reunião da Comissão Especial que apreciou a matéria, queremos e tomamos a liberdade de alertar V. Exa. para o seguinte: em primeiro lugar, entendemos que a liderança do Governo deixou de fazer obstrução ao andamento da matéria em plenário, para fazer essa obstrução dentro da

Comissão. E explico porque. A Comissão não atendeu a decisão do Plenário. De modo que as modificações que deveriam ter sido feitas, quanto à redação do projeto, não foram feitas, não foram cumpridas pela comissão.

Daí me parece que o líder da nossa bancada, eminente Deputado Osvaldo Macedo, está cheio de razões quando pretende que se aproveitem estas 24 horas de amanhã para que, se caso for, a mesa tenha ainda 24 horas para as diligências que se fazem necessárias, no sentido de acomodar a redação do projeto à deliberação do Plenário. Não acredito que V. Exa., parlamentar dos mais ilustres, e que tem obedecido a tradição democrática nesta Casa, coloque novamente em discussão e à deliberação da Casa, matéria vencida a que se restringiu o parecer da Comissão.

Porisso em abono ao que V. Exa. disse, e reforçando até a intenção de V. Exa., se V. Exa. quiser ganhar 24 horas, no que não está impedido pela Constituição do Estado, e a meu ver nem pelo próprio Regimento que só disciplina 48 horas de interstício expressamente para primeira e segunda discussão, seria, permita V. Exa. esta sugestão, de que a Mesa ganhasse essas 24 horas, que poderão ser fatais para o encaminhamento da matéria ao Sr. Governador do Estado, de vez que o que virá para o Plenário é mera obstrução da Liderança junto da Comissão Especial. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não sabe como recebe a questão de ordem de V. Exa., quando afirma que a decisão da Comissão é uma decisão da Liderança. A Comissão é formada por nobres Deputados desta Casa.

Não acredito que se tenha feito obstrução, tenham dado um parecer e assinado apenas por uma questão de Liderança.

Entretanto, a outra ponderação de V. Exa., eu acho correta. Estudei, estou convencido que o interstício de 48 horas é necessário. V. Exa. me conhece, sabe que eu não faria de outra forma. Se houvesse necessidade de obstrução como foi feito hoje, da Arena; faria amanhã e todos os dias. Não havia necessidade de marcar ou não. Inclusive a questão da data que deve ser aprovada, eu tenho convicção, que não é dia 30, como esperavam ou pensavam os Srs. Deputados, mas é de fato dia primeiro, na minha opinião, e acredito que esteja certo, são 30 dias antes do término do exercício. Tenho a impressão - é uma impressão pessoal - que o Orçamento no ponto em que está, como se encontra na Casa, só tem uma forma de ser votado: Ser votado aprovando, ser votado rejeitando, na sessão de depois de amanhã. Não cabe mais a esse Orçamento voltar para nova redação final. Não é possível. Mesmo se houver obstrução da Comissão. Se fizermos uma sessão amanhã, vai para a Comissão que tem sempre 5 dias para opinar. Se quiser obstruir, acabou. Não têm condições. Ou os Deputados vão querer apreciar o Orçamento, outros Deputados não vão querer. Tão fácil a obstrução, a votação de terceira discussão, de redação final do Orçamento, tão fácil é a qualquer grupo, que não tem condições da Assembléia aprovar, a não ser que queira. Não querendo uma bancada, não querendo outra bancada, não tem condições, de qualquer forma, de aprovar o Orçamento. Eu não quero, a Presidência não pretende nesses últimos dias que preside esta Casa, de contrariar um dispositivo que acho que está certo. Eu acho que o interstício de 48 horas é tácito entre todas as discussões do projeto de Orçamento, pela sua importância; diz mesmo assim, quando fala da primeira para segunda discussão, diz, eu quero pedir desculpas por estar falando, estou numa grande opressão, hoje, e estou até me esforçando para poder dialogar com o Plenário. Mas eu não queria, nas últimas Sessões que presido nesta Casa, contrariar aquilo que tenho consciência, que acho, conscientemente, que é uma coisa tácita, do anteprojeto orçamentário. Estou pretendendo mostrar a V. Exa. e aos Deputados que estão aqui, que a obstrução é tão fácil, a quem queira fazer, que não é por questão de prazo, que se violentasse o Regimento e minha consciência e marcassem a votação do Orçamento para

amanhã, tem muitas formas de obstrução. Eu tenho impressão que a Assembléia no ponto que está, só tem 2 caminhos a tomar - Ou, a não ser que não haja número para votação, mesmo que haja número para votação, ou aprovar o Orçamento como está vindo da Comissão, ou rejeitar o Orçamento inteiro, porque não há tempo hábil mais, para ir à Comissão, e V. Exa. julga que está obstruído e voltar para esta Casa em tempo de se apreciar.

Quer dizer, é uma coisa tão clara e eu não queria forçar a minha consciência, que estou falando com pureza, não estou forçando nada e nem preparando golpe contra ninguém e que acho que deve ser o Regimento Interno, para uma coisa sem objetivo, não há objetivo. A Assembléia vota só se quiser votar, o Orçamento, na fase, na situação que estamos hoje. Então, estou deixando para este Plenário, queria dar esta explicação da Mesa, sentindo e sinto mesmo que durante minha Presidência deixe um Orçamento do Estado de ser apreciado, desde que é a lei mais importante que votamos, anualmente, nesta Casa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Questão de Ordem, Sr. presidente

O SR. PRESIDENTE — Para questão de ordem, tem a palavra V. Exa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, não querendo me tornar cansativo, com V. Exa., mas apenas para que V. Exa. elucide este Plenário.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. quer me perdoar, mas....

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu gostaria, Sr. Presidente, vou repetir, aliás eu não gostaria de me tornar cansativo com V. Exa. Mas, tão somente, para que V. Exa. elucide o Plenário, em que termos pretende a Mesa colocar em terceira discussão o projeto de Orçamento, porque há de convir V. Exa., Sr. Presidente, que o parecer emitido pela Comissão de Orçamento e aprovado pela Maioria, Maioria esta da ARENA, nos deixa um tanto atônitos porque a decisão da Comissão de Orçamento, Sr. Presidente, inverteu a hierarquia da Casa, o poder, porque segundo o que me parecer, cabe ao Plenário, apreciar os pareceres das Comissões Técnicas, aprová-los ou rejeitá-los. Mas, no caso presente houve uma inversão, Sr. Presidente, a Comissão de Orçamento se arvorou em super-poder, porque de acordo com o Parecer que ela emitiu incorreu em outro erro que não poderia emitir novo parecer e caberia tão somente a ela fazer a correção de redação, conforme decisão do Plenário. Esta Comissão, além de incorrer no primeiro erro, incorreu num segundo ainda mais grave porque pretendeu ela reformar uma decisão de Plenário, então, eu perguntaria a V. Exa., Sr. Presidente, Paulo Camargo, como V. Exa. pretende, em que termos V. Exa. pretende colocar em terceira discussão o Orçamento do Estado?

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, a Mesa não pode por em outros termos a não ser nos termos com que vinha este Parecer.

O SR. TRAJANO BASTOS — Mas V. Exa. estaria invalidando decisão do Plenário ou estaria validando uma decisão arbitrária da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE — Vou Ler o Art. sétimo da Resolução.

Art. Sétimo: Diz o seguinte: "A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa requeiram, por escrito, ao Presidente, a votação em Plenário, sem discussão, emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento". Muito bem. A Comissão de Orçamento acha que qualquer alteração na Proposta Orçamentária é uma emenda.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Pela Orde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. aguarde um instantinho. Pelo que parece não vi nem o Parecer da Comissão, não estou sabendo, ela considera que qualquer alteração no Projeto Orçamentário é uma emenda. Seja ela emenda ou diminuindo ou aumentando, seja ela aditiva ou supressiva, este é o entendimento da Comissão. Bom. Vai o projeto como foi o projeto à Co-

missão. Vamos dizer que a Mesa ou mesmo o Plenário rejeite o Parecer da Comissão na sessão onde for. Rejeitado o Parecer da Comissão, contrariando o que a Comissão decidiu, terá que forçosamente este projeto ir à Comissão para fazer com a força do Plenário, porque passa a redação que o Plenário votou. Nesta hora nós já perdemos há muito tempo os prazos. É por isso que estávamos falando há pouco, este projeto orçamentário deste ano só se fará se a Casa quiser votar porque tantos são os óbices, tantas são as facilidades para que ele não seja votado que a Mesa, por menor esforço que seja em qualquer uma das bancadas, não consegue vencer a obstrução.

O SR. TRAJANO BASTOS — Peca mais uma vez a Comissão de Orçamento na sua interpretação porque a supressão do Artigo sétimo não se trata de emenda porque a emenda não se trata de definição de emenda, o que é emenda está expresso no nosso Regimento Interno. Agora, o que eu acho é que este monstro que a Comissão de Orçamento manda com o título de Parecer não deveria merecer nem sequer a discussão ou a apreciação por parte do Plenário, porque peca mais uma vez a Comissão, ela pretende que se discuta nesta Casa matéria vencida, o que é pessoalmente vedado e proibido por nosso Regimento Interno.

Sr. Presidente. Veja porque aí, Sr. Presidente, há uma série de erros e incongruências que cometeu a Comissão de Orçamento colocando V. Exa. como Presidente desta Casa numa situação difícil. Agora, o que eu acho, Sr. Presidente, este Plenário não poderia aceitar nem sequer para apreciar o Parecer, que parece não se trata também porque o nosso Regimento é claro, Sr. Presidente. A Comissão não teria que emitir novo Parecer, teria que tão somente fazer a correção de redação, o que não fez, pretendendo com isto uma obstrução que, para mim é burrice. Deveria, então, ter segurado este parecer em suas mãos, porque aí o erro seria menor. Eu agradeço a V. Exa.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Para uma questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Eu queria, antes de responder ao nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, dizer a V. Exa. que me mostrasse o caminho. Não vejo outro caminho. O que está havendo como uma alegação teria que voltar à própria Comissão. Vai ter que voltar à própria Comissão de Orçamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. me permite, Sr. Presidente, com a liberalidade que é própria de V. Exa. eu lhe darei o caminho, teria que ser votado de acordo com o...

O SR. PRESIDENTE — ...se ela tiver que voltar à Comissão, ela vai ter que voltar a própria Comissão ...

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. me permite, Sr. Presidente, com a liberalidade que é própria de V. Exa., eu lhe daria o caminho mais certo. Este Orçamento teria que ser votado de acordo como foi decidido pelo Plenário, em segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE — Mas V. Exa. esquece que nós votamos na terceira discussão juntamente com a redação final.

Se a redação final vem da Comissão de Orçamento, diferente, como é que eu posso por em votação a redação final que não é a que vem para a Mesa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Desta forma, Sr. Presidente, validando, e com isto abrindo um sério precedente na atuação e no comportamento das Comissões. Porque toda e qualquer matéria de importância em que haja interesse para ser obstruída pelas Comissões, nós vamos enfrentar este tipo de problemas durante o restante da legislatura.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, eu não estou discutindo o acerto ou os erros da Comissão, eu estou só respondendo a uma questão de ordem, sob o aspecto de como a Mesa colocará em votação, não tenho outra forma de colocar em votação a não ser aquela que nos é apresentada.

O SR. OSVALDO MACEDO — Para uma questão de ordem.

Sr. Presidente.

Ao responder questão de ordem, levantada pelo Deputado **Trajano Bastos**, com relação à atitude tomada pela Comissão de Orçamento, houve V. Exa. de se valer, para justificar a posição da Comissão, formalmente, ainda desconhecida do Plenário, do Art. 7º da Resolução 1767. Quando é adequado para a matéria o disposto no Artigo 10, que diz que, "aprovado em segunda discussão, o projeto e as emendas irão à Comissão de Orçamento apenas para redação. Devia a Comissão de Orçamento, que lamentavelmente pelos seus membros da bancada da ARENA, que está ausente. Apenas a fazer a redação de acordo com as decisões e emendas aprovadas pelo Plenário.

Mas, Sr. Presidente, será matéria para ser apreciada por ocasião da 3ª discussão. Esse parecer tal como vem, deve ser considerado nenhum. O que insisto, apenas para ressaltar a posição da nossa bancada, é que nós entendemos como válido, o Artigo 30 da Constituição que fixa o prazo de 24 horas. Ressalvamos apenas a posição de nossa bancada, e gostaríamos também de, com isso, alertar à Mesa para ressaltar a posição da Mesa.

Para que ficasse claro que a obstrução ou falta de interesse, na aprovação do Orçamento dentro do prazo legal, parte única e exclusivamente da bancada da ARENA nesta Casa, com a participação da sua maioria na Comissão de Orçamento, a quem deve ser atribuída toda responsabilidade na eventualidade de não se aprovar o Orçamento dentro do prazo.

E lembro ainda o eminente Deputado Muggiati Filho, grande jurista, que esta responsabilidade é até criminal, e como tal poderá ser apurada.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luís Cirolto Tonetti. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Pedro Bernardes Filho, ocorrido na cidade de Floresta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar que a Secretaria de Educação e Cultura proceda sindicância administrativa no Ginásio Estadual "Santo Inácio de Loyola" situado na cidade de Terra Rica. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, reivindicando o funcionamento da Escola Vocacional e Profissional "Mozarzinho" da cidade de Loanda. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, reivindicando seja edificada

unidade Educacional, na localidade de "Cubatãozinho" proximidades da Fazenda "Estrela". Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, formulando reivindicação dos municípios da região noroestina, no sentido de que o mesmo ou um delegação responsável, proceda visita à referida região. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo as atenções daquela pasta para com o Grupo Escolar "Marcelino Nogueira", situado na cidade de Ribeirão do Pinhal. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, formulando apelo no sentido de que determine ao DGTC, providências junto a Empresa CODAL para, legalizar todas as documentações irregulares constantes em diversas glebas, no município de Toledo. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário da Agricultura, pedido de informações com relação a situação funcional do Chefe do Posto de Revenda do Fundo de Equipamento Agropecuário no Posto Rural de Clevelândia. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 240 e 241/76.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272/76.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 101, 118, 122, 123, 124, 133, 134 e de Resolução números 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312/76.

A Mesa anuncia para quarta-feira, dia 1º de dezembro, à hora regimental, a 3ª discussão do Projeto Orçamentário Levanta-se a sessão.